

**IMPrensa DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA**
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

História, Empresas, Arqueologia Industrial e Museologia

**Irene Vaquinhas
António Rafael Amaro
João Paulo Avelãs Nunes
Manuel Ferreira Rodrigues**
COORDENAÇÃO

História,
Empresas,
Arqueologia
Industrial
e Museologia

Edição

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

Infografia da Capa

Carlos Costa

Infografia

Pedro Bandeira

Impressão e Acabamento

KDP - Kindle Direct Publishing

ISBN

978-989-26-2228-6

ISBN Digital

978-989-26-2229-3

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-2229-3>

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| NOTA PRÉVIA | 7 |
| CAPÍTULO 1. Explorando novos territórios: retalhos de ego-história, <i>José Amado Mendes</i> | 9 |
| I. HISTÓRIA DAS EMPRESAS E DOS EMPRESÁRIOS | |
| CAPÍTULO 2. Teoria económica e história empresarial: empresário e capitalista em Joseph Schumpeter, <i>António Rafael Amaro</i> | 33 |
| CAPÍTULO 3. As contribuições das obras de José Amado Mendes para o desenvolvimento dos estudos de empresas e empresários no Brasil, <i>Claudia Musa Fay</i> | 59 |
| CAPÍTULO 4. A industrialização da Covilhã: um modelo de desenvolvimento singular, <i>Elisa Calado Pinheiro</i> | 77 |
| CAPÍTULO 5. Os tratados de contabilidade no Portugal Oitocentista (1800-1882), <i>Fernando de Sousa e Maria de Fátima Conde</i> | 111 |
| CAPÍTULO 6. Micro-história e biografia. Reflexão suscitada pela biografia do empresário Egas Salgueiro, <i>Manuel Ferreira Rodrigues</i> | 133 |
| II. ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL, PATRIMÓNIO CULTURAL E MUSEOLOGIA | |
| CAPÍTULO 7. O “efeito confuso da pitoresca aglomeração de coisas diversas”: particularidades do discurso expositivo nos primórdios do Museu Machado Castro (1913-1931), <i>Duarte Manuel Freitas</i> | 161 |

| | |
|--|-----|
| CAPÍTULO 8. A Faculdade Técnica na Universidade do Porto: interlúdio na organização universitária (1915-1926), <i>Jorge Fernandes Alves</i> | 187 |
| CAPÍTULO 9. Para a história do Museu do Mar de Cascais, <i>José d'Encarnação</i> | 209 |
| CAPÍTULO 10. Imagens de Indústria na obra gráfica de Rafael Bordalo Pinheiro, <i>Paulo Oliveira Ramos</i> | 231 |
| CAPÍTULO 11. A arte do ferro forjado na cidade do Mondego, primeira metade do século XX, <i>Regina Anacleto</i> | 259 |
| III. POLÍTICA, MEMÓRIA E HISTORIOGRAFIA | |
| CAPÍTULO 12. Reflexiones desde España, <i>Eloy Fernandes Clemente</i> | 293 |
| CAPÍTULO 13. Memória da Guerra Civil de Espanha na praia da Figueira da Foz (1936-1939): proposta de itinerário histórico, <i>Irene Vaquinbas</i> | 315 |
| CAPÍTULO 14. Historiografia e tecnologias derivadas: questões deontológico-epistemológicas e teórico-metodológicas, <i>João Paulo Avelãs Nunes</i> | 343 |
| CAPÍTULO 15. A “economia da graça” como dispositivo régio de dominação durante o Antigo Regime, <i>José Subtil</i> | 367 |
| CAPÍTULO 16. Carta a um jovem investigador, <i>Luís Reis Torgal</i> | 393 |
| CAPÍTULO 17. José Amado Mendes: de caminos y amistades por la América Latina, <i>Mario Cerutti</i> | 415 |
| CAPÍTULO 18. A oração académica de Joaquim Carneiro da Silva (1780), <i>Miguel Figueira de Faria</i> | 435 |
| CAPÍTULO 19. Apologia da história local, <i>Nuno Rosmaninho</i> | 457 |
| CAPÍTULO 20. José Amado Mendes: de como a história sólida e dura pode proporcionar leitura gostosa, <i>Onésimo Teotónio Almeida</i> | 471 |
| TABULA GRATULATÓRIA..... | 481 |

**MEMÓRIA DA GUERRA CIVIL DE ESPANHA NA
PRAIA DA FIGUEIRA DA FOZ (1936-1939):
PROPOSTA DE ITINERÁRIO HISTÓRICO**

Irene Vaquinhas

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Portugal) /
/ Centro de História da Sociedade e da Cultura

1. Introdução

A Guerra Civil de Espanha teve um papel decisivo na definição ideológica e na consolidação do regime autoritário salazarista, tendo igualmente sido determinante nas opções estratégicas da política externa portuguesa do tempo. Objeto de paixões e de polémicas, o tema tem suscitado numerosos estudos, sendo a bibliografia portuguesa sobre o assunto extensa (Valério, 2001: 205; Loff, 2006: 77-131), em particular no que concerne às relações políticas e diplomáticas entre Portugal e Espanha, aos impactos na política interna e suas consequências económicas e sociais (Oliveira, 1996: 410; Torre Gómez, 2007: 287-304) ou ao papel desempenhado pelas forças policiais no controlo e nas ações de vigilância das fronteiras (Madroñero, 1986: 367-370; Faria, 2017: 61-84). Embora, oficialmente, o regime salazarista tenha adotado em relação ao conflito a posição de não intervenção¹,

¹ Como bem observa Hipólito de la Torre Gómez, as relações peninsulares, entre 1910 e 1936, “se caracterizaron por unos rasgos de tensión, algunas veces manifesta, casi siempre soterrada y hasta camuflada en palabras de amistad” (Torre Gómez, 2007: 301).

em termos práticos, apoiou, “com meios e por vias diversas os nacionalistas espanhóis” (Oliveira, 1996: 411; Rodrigues, 2001: 504) procedendo, entre outros aspetos, ao aprisionamento e à deportação para Espanha de vários refugiados ou, em caso de republicanos, entregando-os diretamente às tropas nacionalistas nas fronteiras, os quais eram, em muitas situações, de imediato fuzilados. Manifestações claras de desumanidade eram também as “batidas” aos “comunistas” e aos “vermelhos”, em algumas localidades, como em Castro Laboreiro, no concelho de Melgaço (Vaquinhas, 2015: 4766, nota 50; Fernandes 2003: 114).

Porém, contrariamente aos temas mencionados, é ainda pouco conhecida a presença espanhola no território nacional, não obstante a “memória coletiva das regiões portuguesas de fronteira” constituir uma linha de investigação aberta pelos trabalhos pioneiros de César de Oliveira nos anos 1980 (Loff, 2006: 107). Embora se saiba que, no início do conflito bélico, “entre Agosto e Setembro de 1936 milhares de pessoas (civis, militares, republicanos, franquistas) procuraram refúgio em Portugal” (Baía, 2013: 940; Faria, 2017: 84), não há dados precisos quanto ao seu número (Simões, 2018: 105), exceto em casos pontuais². Já quanto aos motivos das deslocações, repartição pelo território nacional, condições e lugares de permanência, tipo de residência (legal ou clandestina), ou o significado político das respetivas estadas, as informações são escassas.

Os estudos disponíveis centram-se nas zonas da raia luso-espanhola, na região galaico-portuguesa, e, sobretudo, em toda a área alentejana

² Na localidade de Barrancos era de 1020 o número de refugiados, os quais foram repartidos pelas herdades da Coitadinha e das Russianas, tendo sido expatriados, por via marítima, para Tarragona, em Julho de 1936 (Baía, 2013: 940; Faria, 2017: 84). Já para Elvas, Moisés Antunes Lopes aponta o número de 1024 refugiados espanhóis no ano de 1936, alojados no Forte de Nossa Senhora da Graça e na Praça de Touros, valor que não contempla as mulheres e as crianças também vindas de Espanha (Lopes, 2017: 92). As estimativas de César Oliveira apontavam para cerca de 5000 a 6000 pessoas refugiadas (cit. Simões, 2018: 105).

e província da Extremadura, pondo, igualmente, em relevo as solidariedades dos dois lados da fronteira (Simões, 2011; 2013; 2014, 2018; Fonseca, 2018: 85-94). Sem a preocupação de exaustividade, salientam-se os estudos de Dulce Simões sobre Barrancos, no distrito de Beja, localidade com uma memória viva de “resistência fronteiriça”, onde foram acolhidos “grupos ideologicamente opostos” (Simões, 2013: 817); os de Moisés Antunes Lopes sobre Elvas (Lopes, 2017) ou os de Maria Fernanda Candeias (1997) e de João Urbano Pires (1997) sobre várias localidades alentejanas. Para o caso da fronteira com a Galiza mencionam-se, entre outros, os estudos de Paula Godinho (2011) e de José Marques Fernandes (2003: 83-120). Outras localidades não raianas foram também locais de refúgio, a exemplo da Herdade de Algeruz, em Palmela (+museu, 2016), e da Figueira da Foz (Vaquinhas, 2015: 4757-4778)³. Desde finais do século XIX, a cidade era um dos mais concorridos locais de veraneio do país, sobretudo após a abertura, na década de 1880, da linha férrea da Beira Alta, a qual, pela via da ligação à rede ferroviária espanhola, fez aumentar o número de veraneantes do país vizinho, proveniente, sobretudo, de regiões fronteiriças.

Este estudo tem precisamente como objetivo reconstituir a presença de espanhóis na cidade da Figueira da Foz, ao tempo da Guerra Civil, identificar os locais mais frequentados ou representativos da sua estada, recuperar esse património imaterial, e propor um itinerário histórico que enquadre a cidade no mapa dos “lugares de memória” da rota da fuga da Espanha em guerra. No país vizinho, os movimentos de recuperação memorialista desse conflito têm tido, na atualidade, grande desenvolvimento (Navajas Corral y González Fraile, 2017: 155-172) e enquadram-se num processo de “dignificación, reparación,

³ Uma outra localidade que conviria estudar na perspetiva deste conflito é a praia de Espinho, no norte do país, dada a existência de uma forte colónia de espanhóis que anualmente a frequentava no período estival.

derecho a la justicia y reconocimiento social y político de “los vencidos de la guerra” (Simões, 2013B, 43).

Como metodologia de trabalho, recorreu-se ao cruzamento de fontes, de variada tipologia, tanto manuscrita como impressa, disponíveis no Arquivo Histórico da Câmara Municipal da Figueira da Foz (AHMFF), em especial, “Vistos de Estrangeiros” (1935-1936), “Registo de Estrangeiros residentes no concelho da Figueira da Foz (1937-1938)”, “Vistos de Autorização de Residência (1930-1945)”, assim como imprensa periódica⁴. Essas fontes de informação foram completadas com documentos dos núcleos do Ministério do Interior, do Arquivo Salazar e dos Serviços Centrais da PIDE, depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, de Lisboa, bem como com algumas obras memorialistas ou literárias, a exemplo do consagrado romance *Sinais de fogo*, de Jorge de Sena (1984).

Como se caracteriza o turismo relacionado com conflitos bélicos? Que valores e prioridades defende? Como possibilita, no caso da estância balnear da Figueira da Foz, construir e conservar a memória de um período crucial da história da cidade? Estas são algumas questões a que se procurará dar resposta.

2. Sobre o turismo memorial e a formalização de itinerários históricos

O turismo memorial dirigido para locais traumáticos, de sofrimento, de destruição ou de repressão, remontando ao início do século XX, intensificou-se após a abertura europeia das fronteiras na sequência da queda do muro de Berlim, em 1989 (Vaquinhas, 2019: 12-16). Contribuiu também para a sua dinamização, a redução dos conflitos armados na Europa ocidental e a consolidação das democracias (Navajas Corral y González Fraile, 2017: 156).

⁴ A indicação detalhada das fontes consultadas encontra-se em Vaquinhas, 2015: 4772.

Constitui uma forma particular de turismo que articula a consciência histórica com a recuperação do testemunho memorial e no qual a “disneylização da guerra” e os aspetos “puramente recreativos são secundarizados” (Grahay, 2014, p. 151), em benefício de uma relação biográfica, individual ou coletiva, dos visitantes com os lugares percorridos (Betchtel; Jurgenson, 2013, p. 13). Tem afinidades com o “dark tourism”, também apelidado de turismo “mórbido ou macabro”, em particular com a fileira centrada nos locais de conflitos bélicos ou em espaços associados à morte, à opressão ou ao sofrimento. Visa, igualmente, restituir uma memória coletiva e conferir valor pedagógico e de uso ao património cultural, concebendo-o como um investimento produtivo, dimensões que se enquadram no atual gosto “pelo passado”, no reconhecimento do património cultural como um fator de desenvolvimento sustentável (Greffé, 2011, p. 928), e em preocupações sociais e políticas do tempo presente. É o caso da noção de património como fator de identidade (Hertzog, 2011), bem como da importância ideológica dos valores de reconciliação e de tolerância, associados à paz, aos direitos humanos e à democracia, princípios subjacentes à reconfiguração do espaço europeu após o termo da segunda Grande Guerra.

Pelo seu caráter complexo, o turismo de memória procura proporcionar ao turista ou ao visitante uma experiência intercultural enriquecedora, dando-lhe a conhecer o espaço físico dos acontecimentos ocorridos, assim como transmitir, de uma forma didática, valores educativos que o conduzam a refletir no contexto histórico e nas questões ideológicas que estiveram na sua origem.

A partir destas ideias-força tem aumentado, na vertente do turismo cultural, a oferta de vários tipos de produtos, capazes de potenciarem e de viabilizarem um leque alargado de atividades, sendo as rotas turísticas temáticas ou os itinerários históricos, um dos casos mais representativos. Em rigor, uma rota é uma “descrição de um caminho [...] especificando os lugares [...] e propondo uma série de atividades

e serviços” (Maia; Baptista, 2011, p. 673), a qual obedece a procedimentos técnicos específicos e a uma lógica estruturante (Figueira, 2013, p. 20).

No caso de Espanha, desde o início do atual século, têm sido ativados, em termos turísticos, espaços relacionados com a Guerra Civil. Iniciado nas comunidades autónomas, esse investimento alargou-se a outras zonas impulsionado pela Lei da Memória Histórica de 2007 (lei 52/2007 de 26 de dezembro), por uma “política del olvido y la reconciliación com el paso de los años y la madurez del sistema democrático” (Navajas Corral y González Fraile, 2017: 158) e pela crescente procura turística. Tendo como objetivo recuperar a memória do conflito sem se cair na “banalização”, foram gizadas, entre outras iniciativas, rotas e passeios temáticos. Esse esforço tem sido promovido em vários locais da comunidade de Madrid (serra de Guadarrama, Cerro del Melero, Colmenar del Arroyo...), ou da Catalunha, fomentado, neste segundo caso, pelo Memorial Democràtic e pela Red de Espacios de Memoria de Catalunya⁵, entre outros lugares do país vizinho (Navajas Corral y González Fraile, 2017: 159-161).

Em Portugal são em escasso número as autarquias que têm investido na recuperação memorial da Guerra Civil de Espanha. Um exemplo representativo é o da câmara municipal de Cascais que criou, no ano de 1999, o espaço Memória dos Exílios⁶, que evoca a relevância da localidade como espaço de refúgio tanto da Guerra Civil de Espanha como da 2.^a Grande Guerra. Em zonas da raia luso-espanhola,

⁵ O Serviço Educativo do Museu Memorial del Exil (MUME), localizado em La Jonquera (Girona), organiza várias “Rotas do Exílio” subordinadas às seguintes temáticas: “Camino de exilio y frontera”, “Recuerdos del exilio”, “Camino y recuerdos del exilio”, “El campo de Argelès”, “Collioure y Antonio Machado”, “Portbou y Walter Benjamin. La retirada y la Segunda Guerra Mundial” e “Pau Casals y Pompeu Fabra: Dos maestros em Prada de Confiat”, <http://www.museuexili.cat>.

⁶ <https://www.cascais.pt/equipamento/espaco-memoria-dos-exilios>. Sobre este mesmo assunto, veja-se também Lima; Neves, 2005. No ano de 2006, a Biblioteca Museu República e Resistência inaugurou uma exposição dedicada à Guerra Civil de Espanha, a qual também foi exibida no Museu de Sines.

não obstante terem sido fundados vários espaços museológicos dedicados à problemática da fronteira, centrados sobretudo nas questões da emigração e do contrabando (casos de Melgaço, ou das aldeias de Santana de Cambas ou Moimenta, respetivamente nos concelhos de Mértola e de Vinhais)⁷, nenhum incide especificamente na Guerra Civil de Espanha, sendo a referência a esse acontecimento pontualmente evocada no âmbito de exposições temporárias⁸. Porém, dado as rotas ou os itinerários constituírem um recurso patrimonial de inigualável valor, tanto para o turismo cultural como para o melhor conhecimento de períodos ou acontecimentos históricos, importa investir na sua dinamização.

3. O “trágico verão de 1936...” na praia da Figueira da Foz. A Guerra Civil de Espanha e os “turistas acidentais”

O início da guerra civil, a 18 de Julho de 1936 (Oliveira, 1996: 410), teve um impacto imediato na cidade da Figueira da Foz, ao reduzir o número de veraneantes do país vizinho, situação evocada pela imprensa nos finais do mês de Julho, mencionando-se “[...] a falta de famílias espanholas [...] devido aos acontecimentos que o leitor conhece”, ou seja, a “tentativa de pronunciamento militar de generais e oficiais superiores das Forças Armadas contra o poder republicano legitimamente constituído desde as eleições de 16 de Fevereiro de

⁷ É o caso do *Espaço Memória de Fronteira*, em Melgaço, com dois principais núcleos expositivos, um dedicado ao contrabando e outro à emigração, ou dos Museus do Contrabando, em Santana de Cambas, no concelho de Mértola, e em Moimenta, concelho de Vinhais. O tema do contrabando está na origem de várias rotas em algumas localidades, como Marvão, Vilarelho da Raia (Chaves), Montalegre, Salvaterra do Extremo (Idanha-a-Nova), entre outras.

⁸ O *Espaço Memória de Fronteira*, de Melgaço, já realizou exposições dedicadas ao assunto e prepara, no ano de 2020, uma iniciativa destinada a evocar a solidariedade galaico-portuguesa ao tempo da Guerra Civil. Esta Informação foi gentilmente prestada pela Sra. Dra. Salma Silva, da Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura da Câmara Municipal de Melgaço, a quem muito agradeço.

1936 que deram a vitória à Frente Popular” (Oliveira, 1996: 410). Os jornais locais referem igualmente os impedimentos colocados, em Espanha, à saída de homens válidos, mobilizados para o conflito⁹, reduzindo o número de turistas. Nos anos a seguir, até ao termo do conflito, no mês de Abril de 1939, a situação ir-se-á agravar, chegando alguns articulistas da imprensa a afirmarem que “D. Época não resistiu. Morreu D. Época Balnear”¹⁰, reportando-se à diminuição de veraneantes espanhóis e ao seu impacto no turismo local, que acusa uma acentuada quebra nos anos de 1937 a 1939¹¹.

Em Abril de 1937, o Grande Casino Peninsular da Figueira da Foz fecha as suas portas, adensando ainda mais a situação. A mobilização do comércio local junto da empresa proprietária (ao tempo a Confederação da União Fabril, do empresário Alfredo da Silva), bem como das instâncias políticas, possibilitará a sua reabertura, no ano de 1938, mas sem a concessão de jogo que só será reposta a 26 de Junho de 1939 (Vaquinhas, 2010: 137-152). A evolução da situação política espanhola será acompanhada pela imprensa local, escrevendo-se, no jornal *O Figueirense*, de 1 de Janeiro de 1938, que “[...] a vizinha Espanha, trocou as castanholas por metralhadoras [...] sentimos com tristeza e piedade a chacina cruel de irmãos contra irmãos – fogueira fratricida alimentada com achas de estranhas gentes, que vão alimentando o fogo [...]”.

Porém, se a guerra civil reduziu o número de veraneantes do país vizinho, por outro lado, fez elevar o número de vistos concedidos a estrangeiros¹², pela Administração do Concelho, no verão de 1936, o qual triplica, relativamente ao ano de 1935, passando de 86 para 262 (Vaquinhas, 2015: 4760-4761). A maior parte é concedida a espanhóis

⁹ *O Figueirense*, 13 de junho de 1937.

¹⁰ *O Figueirense*, 30 de setembro de 1939.

¹¹ *O Figueirense*, 1 de novembro de 1939.

¹² AHMFF, Vistos de Estrangeiros, 1935-1936.

(71,6%) e, cerca de metade (54,9%), emitidos a partir dos limites finais da época balnear (meses de Setembro, Outubro e Novembro), fora do tradicional período de veraneio da “colónia do país vizinho” (Quadro I).

Quadro I – Repartição mensal da concessão de vistos a espanhóis na Figueira da Foz (1935-1936)

| | 1935 | 1936 | % |
|---------------|-----------|------------|--------------|
| Janeiro | | 23 | 10.8 |
| Fevereiro | | | 0 |
| Março | | 1 | 0.47 |
| Abril | | 2 | 0.94 |
| Maiο | | 8 | 3.76 |
| Junho | | 26 | 12.2 |
| Julho | 5 | 10 | 4.69 |
| Agosto | 16 | 26 | 12.2 |
| Setembro | 2 | 95 | 44.6 |
| Outubro | | 18 | 8.45 |
| Novembro | | 4 | 1.88 |
| Dezembro | | | |
| Sem indicação | 14 | | |
| TOTAL | 37 | 213 | 99.99 |

Fonte: AHMFF, Vistos de Estrangeiros (1935-1936).

Em termos administrativos, cabia aos governos civis e às administrações dos concelhos a concessão de vistos (por um período de trinta dias) e de autorizações de residência (por seis meses). Contudo, as convulsões políticas das primeiras décadas do século XX e as profundas alterações da conjuntura internacional, fazendo subir vertiginosamente o número de refugiados e de apátridas, vão ditar alterações significativas quanto às condições mediante as quais os estrangeiros podiam transpor as fronteiras e entrar em Portugal (Chalante, 2011: 41-63). Sucede-se um conjunto de medidas tendentes,

por um lado, “a proteger a mão de obra nacional perante os invasores estrangeiros” e, por outro, a “evitar a entrada de “indesejáveis” no país, ou seja, “polacos, russos, portadores de passaportes Nansen e apátridas” (Chalante, 2011: 47-52).

A pressão da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) na definição de uma política rigorosa de vistos¹³, determinaria a promulgação, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, da circular interna de Março de 1936, “a qual se destinava a facilitar a visita de viajantes recomendáveis e a evitar o ingresso dos indesejáveis”, procurando-se impedir a entrada de imigrantes e promover o ingresso de turistas (Chalante, 2011: 53). Esta decisão vai ter consequências no tratamento a dar pelas autoridades aos refugiados, oscilando-se entre a ajuda humanitária e a vigilância e/ou repressão aos militantes políticos.

Com o início da Guerra Civil, o Estado Novo “endurece a sua polícia de fronteiras” (Pimentel, 1996: 824), embora os naturais de Espanha nunca tenham sido, de uma maneira geral, encarados como uma ameaça, nem as razões políticas e militares que presidem ao seu êxodo os colocam no quadro jurídico das migrações económicas. Estes constituem mesmo, nos Anos Trinta, a maior comunidade estrangeira em Portugal. As estatísticas oficiais apontam para valores superiores a 50% relativamente à totalidade de estrangeiros residentes no país (Vaquinhas, 2015: 4762).

A comunidade espanhola estava sobretudo fixada nas cidades de Lisboa e do Porto, registando-se, no distrito de Coimbra, números relativamente baixos de residentes naturais de Espanha, embora se observe um acréscimo significativo no ano de 1936 relativamente ao anterior (em número de 322, relativamente a 134 no ano de 1935) (Vaquinhas, 2015: 4762).

¹³ ANTT, Arquivo Salazar, Legislação relativa aos estrangeiros em Portugal: NE – 1, cx. 392, pt. 22.

A situação particular da Figueira da Foz nas rotas do turismo ibérico nas primeiras décadas do século XX, associado à tradição de veraneio por famílias espanholas, vai converter a cidade em local de acolhimento temporário. As próprias instituições citadinas, habituadas à sua presença, acusam alguma hesitação na forma de os classificar, nunca identificando os espanhóis como refugiados e/ou exilados, sempre como turistas, eventualmente “acidentais” ou “forçados”. A imprensa local traduz este ponto de vista, ao afirmar “Nós os figueirenses acostumamo-nos a considerar os espanhóis como pessoas da nossa privança íntima” e quando chegavam, “saudamos [...] como se apenas estivessem estado ausentes durante os meses de inverno¹⁴. A identificação é completamente distinta daquela que será reservada aos refugiados da 2.^a Grande Guerra, inclusive ao nível da memória local¹⁵, já que a cidade da Figueira da Foz será, a partir de Junho de 1940, uma das estâncias balneares escolhidas como residência fixa (Vaquinhas, 2019: 10-36).

A vaga de vistos de 1935 e 1936 e o cordial acolhimento subsequente traduz, à sua maneira, os vínculos privilegiados da localidade com nacionais espanhóis, estabelecidos desde os finais do século XIX, o que singulariza esta situação no quadro de outros países/regiões de acolhimento caracterizados, em alguns casos, por receções violentas aos refugiados (Maugendre, 2013: 37).

A análise dos Vistos (de permanência) permite verificar que são sobretudo mulheres que solicitam a concessão de visto, mais precisamente 85,5% do total dos estrangeiros de nacionalidade espanhola¹⁶ (Quadro II).

¹⁴ *O Figueirense* de 18 de março de 1937.

¹⁵ Algumas recolhas orais feitas nos meses de Abril, Maio e Junho de 2014, na Figueira da Foz, permitiram confirmar esta aceção na memória local: os espanhóis não são identificados como refugiados e/ou exilados, designação que é exclusivamente reservada aos estrangeiros que afluíram à cidade, nos anos 1940, em fuga do holocausto.

¹⁶ A percentagem de vistos concedidos a homens, nestes anos de 1935 e 1936, é de 28,5%.

Quadro II – Vistos concedidos a espanhóis: repartição por sexo (1935-1936)

| | SF | SM | TOTAL |
|-------|-----|----|-------|
| 1935 | 24 | 12 | 36 |
| 1936 | 154 | 59 | 213 |
| TOTAL | 178 | 71 | 249 |

Fonte: AHFF, Vistos de Estrangeiros (1935-1936).

A integração dos recém-chegados não causou qualquer perturbação no quotidiano urbano. Tal como em período de veraneio, a lista das moradas referidas às autoridades indica a sua distribuição por toda a cidade, tanto residindo em hotéis e pensões (Hotel Portugal, Hotel Aliança, Hotel Central, Hotel Reis, Pensão Demétrio, Pensão Albertina, Pensão Beirense...) como, sobretudo, em habitações, sendo difícil saber se se trata de casas arrendadas ou de quartos alugados em casas particulares.

A importância adquirida pela cidade na oferta turística estival facilitou o processo de integração de estrangeiros, disponibilizando-se um parque habitacional preparado para o efeito. As moradas indicadas nas listas nominativas de vistos apontam para grupos de pessoas residindo no mesmo local, provavelmente da mesma família, muitas delas acompanhadas por “serventes”, ou seja, pela criadagem em geral (criados, *chauffeurs*, cozinheiras), mas sem os elementos masculinos, cabeças de casal. Muitos dos homens que constam das listas (27,7%, no ano de 1936), identificam-se ora como jubilados ou reformados, presumivelmente com idades superiores a 50/60 anos, ora como estudantes, sendo, por conseguinte, jovens. Em qualquer das circunstâncias, isentos da mobilização militar. As fontes parecem apontar para o acolhimento na cidade de agregados domésticos em fuga, encabeçados por elementos femininos. Trata-se de uma situação análoga a outros processos de fuga (por terra e por mar) protagonizados por mulheres, durante a guerra civil espanhola, com destino ao litoral francês ou aos pirinéus orientais (Alted Vigil, 2008: 66-67).

Quanto à origem social dos refugiados, as profissões masculinas elencadas enquadram-se na classe média ou média alta, destacando-se profissionais liberais (médicos, advogados, juízes...), com 22,5%, bem como docentes e estudantes (21,1%), a que se segue, também com alguma representatividade numérica (12,7%) comerciantes e industriais, entre outras profissões. Quanto às mulheres, a maior parte identifica-se como doméstica (75,7%). A quota parte de criados e serventes também é relativamente elevada (20,4% e 9,86% respetivamente de mulheres e de homens). A importância numérica de grupos sociais tanto de topo como de base inferior, sugerindo desigualdade social e económica, parece demonstrar, como atrás se indicou, a transferência para a cidade de agregados domésticos, acompanhados dos respetivos serviços.

Quanto aos motivos da fuga, é difícil saber se decorreu da violência do conflito ou se resultou de perseguições políticas, entre os quais o massacre de Badajoz, ocorrido em Agosto de 1936, em consequência da repressão exercida pelas forças franquistas sobre civis e militares defensores da 2.^a República (Vicente, 2011: 15-17). Embora os dados não permitam conclusões seguras, nos Vistos em que se referem as naturalidades dos solicitantes, predominam as províncias de Extremadura e Castela e Leão, mais precisamente as localidades de Badajoz, Cáceres, Valencia de Alcántara, Orense, Salamanca e Zamora (em particular Morales del Vino), entre outras. Contudo, como bem assinala António Pedro Vicente, “em Portugal [se refugiaram] grande número de espanhóis de ambos os bandos” (Vicente, 2011: 11). Algumas pessoas foram, no entanto, surpreendidas pelo início do conflito quando se encontravam, de veraneio, na Figueira da Foz, como testemunharam alguns descendentes de refugiados (Bardají López: 23), assunto evocado no romance *Sinais de Fogo*.

O confronto da lista nominativa dos vistos com a documentação dos serviços centrais da PIDE permitiu detetar três casos (3 homens) associados a forças de esquerda e que serão expulsos de Portugal

pelo regime político. É o caso do comissionista José Herrera Borrego (1881-?), do advogado Pedro Gutierrez Lopez (1901-?) e do procurador Mercedes Gutierrez Clemente (1875-?)¹⁷. O primeiro foi feito prisioneiro pela inspeção de Coimbra, em 26 de Janeiro de 1937, tendo dado entrada nos calabouços da Polícia de Segurança Pública daquela cidade, onde se manteve até ter sido expulso do país, pela fronteira de Vilar Formoso, dois meses depois, a 30 de Março¹⁸. Quanto ao advogado Pedro Gutierrez Lopez será preso para averiguações em Coimbra, em 7 de Julho de 1937, colocado em regime de incomunicabilidade e expulso do país, por via marítima, acerca de um mês depois, a 12 de Agosto. À data da prisão ambos residiam na Figueira da Foz (Rua da República e Travessa do Circo, respetivamente)¹⁹, embora as moradas que constam no seu processo da PIDE não correspondam à dos Vistos. Quanto ao procurador Mercedes Gutierrez Clemente foi preso em 11 de Julho de 1937, pela Delegação do Porto da PVDE, no Grande Hotel de Espinho, onde então residia. Foi conduzido para Coimbra, colocado em regime de incomunicabilidade e expulso do país pelo porto de Lisboa em 12 de Agosto do mesmo ano²⁰. A documentação dos Vistos permite ainda verificar que, nos casos referidos, a morada indicada é partilhada por outras pessoas, o que sugere a sua permanência na Figueira com familiares.

Da lista dos vistos consta também o deputado por Badajoz, Luiz Bardají López (1880-1942), advogado, político, membro do Partido Republicano Radical, tendo sido ministro da Instrução Pública e Belas Artes durante a 2.^a República espanhola (de 29 de Outubro a 14 de

¹⁷ ANTT, PIDE, Serviços Centrais, Registo Geral de Presos: liv. 30, registo n.º 5920; liv. 37, registo n.º 7374; liv. 38, registo n.º 7440.

¹⁸ ANTT, PIDE, Serviços Centrais, Registo Geral de Presos: liv. 30, registo n.º 5920.

¹⁹ ANTT, PIDE, Serviços Centrais, Registo Geral de Presos: liv. 37, registo n.º 7374.

²⁰ ANTT, PIDE, Serviços Centrais, Registo Geral de Presos: liv. 38, registo n.º 7440.

Dezembro de 1935) (Bardají López, 2004: 23)²¹. Frequente habitual da praia²², pelo menos desde os anos 1920, figurando em algumas festas realizadas no Grande Casino Peninsular da Figueira da Foz, ao tempo da Guerra Civil residia na Rua Cândido dos Reis. Da lista de vistos constam outras pessoas com idêntico apelido (familiares?) mas em outra morada. Desta individualidade nada consta nos ficheiros da PIDE.

O confronto da lista nominativa dos vistos com a documentação dos serviços centrais da PIDE permitiu detetar que, pelo menos, as pessoas referidas terão permanecido na Figueira da Foz cerca de um ano, onde virão a ser aprisionados pela polícia política e expulsos do país em Julho de 1937. A presença deste tipo de refugiado confere fundamento histórico ao romance de Jorge de Sena, cujo enredo inclui o acolhimento clandestino a espanhóis, perseguidos politicamente, a exemplo do tio do personagem principal que mantinha escondidos em casa dois espanhóis, sob a justificação de que “podiam ser presos”, um, “chefe socialista nas Astúrias”, o outro, “ativo agente do separatismo basco” (Sena, 1984: 75; 93-94; 356).

A passagem da fronteira no ano de 1936 representa, para algumas centenas de espanhóis, um meio temporário de se colocarem ao abrigo do conflito, independentemente da sua posição política. Poucos irão permanecer na cidade da Figueira da Foz, nos anos imediatamente a seguir, já que os Registos de Estrangeiros acusam uma diminuição significativa (Vaquinhas, 2015: 4767).

Seja como for, nos anos de 1937 e 1938, de entre os estrangeiros residentes na cidade e/ou no concelho, os naturais de Espanha mantinham-se como grupo dominante (33,3%), sendo as restantes

²¹ http://es.wikipedia.org/wiki/Luis_Bardaj%C3%AD_L%C3%B3pez, <http://dbe.rah.es/biografias/25084/luis-bardaji-lopez>

²² Luíz Bajardi foi um dos oradores convidados para uma festa de beneficência, realizada no Grande Casino Peninsular da Figueira da Foz, no ano de 1922 (Vaquinhas, 2013: 417)

nacionalidades constituídas por franceses (21,2%), brasileiros (18,6%) e belgas (7,69%), muitos deles trabalhando em empresas da região ou nas diversas casas de espetáculos existentes na cidade.

4. O papel da imprensa local e da autarquia no apoio aos “nacionalistas” espanhóis

O evoluir da situação política em Espanha é acompanhado com apreensão pela imprensa local. Embora se lamente “com tristeza e piedade a chacina cruel de irmãos contra irmãos – fogueira fratricida alimentada com achas de estranhas gentes, que vão alimentando o fogo [...]”²³, jornais da localidade, em especial *O Figueirense*, expressam solidariedade para com as tropas nacionalistas, cujos sucessos militares vão sendo mencionados, aludindo-se também a iniciativas realizadas na própria cidade da Figueira da Foz em seu apoio.

Antes de deflagrar o conflito, é dado destaque ao assassinato de José Calvo Sotelo (1893-1936), líder político da *Renovacion Española*, cuja morte iria precipitar o rumo dos acontecimentos²⁴. Na imprensa manifesta-se “repulsa por tão brutal atentado” e anuncia-se a realização na Figueira de uma missa, na igreja matriz, “por alma do extinto” mandada rezar pela colônia espanhola residente na cidade, da qual existem fotos no Arquivo Fotográfico Municipal²⁵.

Sob o repto de que “[temos] o dever de lhes suavizar as agruras da hora presente”²⁶, a sociedade civil é instada, pela imprensa periódica local, a mobilizar-se no sentido de apoiar as forças nacionalistas espanholas. No mês imediato ao deflagrar da Guerra Civil, a 30 de Agosto de 1936, realiza-se, no Grande Casino Peninsular da

²³ *O Figueirense*, de 1 de janeiro de 1938.

²⁴ *O Figueirense*, de 16 e 19 de julho de 1936.

²⁵ *O Figueirense*, de 19 de julho de 1936.

²⁶ *O Figueirense*, 18 de março de 1937.

Figueira da Foz, uma “festa de caridade”, intitulada “Noite da Beneficência Espanhola” (Vaquinhas, 2013: 412-414), destinada a angariar verbas em favor das vítimas do conflito armado, replicadas também em outros círculos recreativos da cidade.

De igual forma, constitui-se, com a colaboração da autarquia, uma “comissão de auxílio ao exército nacionalista espanhol” e que tinha como objetivo angariar contributos. Em Março de 1937 é enviado para Espanha “um comboio de auxílio”, com donativos em dinheiro e em géneros (feijão, milho, vinho, roupas), oferecidos pela população do concelho da Figueira da Foz, em particular pelas freguesias rurais²⁷, oferta que o General Francisco Franco agradece por telegrama enviado à autarquia e publicado na imprensa local²⁸.

A assinatura do tratado de Amizade e Não Agressão com Espanha, entre Espanha e Portugal, a 17 de Março de 1939, bem como a vitória das forças nacionalistas, a 1 de Abril de 1939, seriam saudadas com entusiasmo pela autarquia figueirense, tal como se deixou expresso no telegrama de felicitações remetido ao Embaixador de Espanha, em Lisboa²⁹.

Seguir-se-iam, de imediato, acções de propaganda, promovidas sobretudo pelas instâncias oficiais com a Comissão Municipal de Turismo à cabeça, destinadas a cativar o tradicional veraneante espanhol. Com essa finalidade, foi oficiado o governo de Espanha, através da embaixada em Lisboa, no sentido de ser permitida “a saída dos espanhóis que desejem vir às praias portuguesas retemperar a saúde, e também facilidades necessárias de dinheiro e documentação”. Seria também convidado “a vir passar um mês à Figueira como seu

²⁷ *O Figueirense*, 18 de março de 1937.

²⁸ *O Figueirense*, 5 de março de 1937.

²⁹ A.H.F.F., Livro de Actas da Câmara Municipal do Concelho da Figueira da Foz, sessão ordinária de 22 de Março (fl. 79v-80) e de 29 de Março (fl. 86) de 1939.

hóspede”, o escritor teatral, Joaquín Alvarez Quintero (1873-1944), em reconhecimento dos rasgados elogios que fizera à praia³⁰.

A completar o esforço da autarquia, eram publicados, na imprensa local, relatos memorialistas de cidadãos espanhóis sobre os “Veranos de Figueira” ou sobre “Las noches del Casino Peninsular”³¹, com o objetivo de “reconquistar” os turistas do país vizinho (Vaquinhas, 2014: 414).

A posição assumida pelo município figueirense de apoio às forças nacionalistas espanholas afigura-se estratégica, tendo o objetivo de cativar o seu tradicional veraneante, sendo mais efusiva do que a própria posição oficial do Estado português relativamente a Espanha. A ser assim, os órgãos do poder local limitavam-se a manter as aparências junto das instâncias políticas oficiais.

Porém, numa localidade com fortes tradições liberais e republicanas, como é o caso da Figueira da Foz, não é possível, com base na documentação oficial consultada, esclarecer devidamente se a cidade serviu de refúgio clandestino para resistentes espanhóis da Frente Popular, como sugere a ficção literária de Jorge de Sena, embora os casos referidos permitam sugerir essa situação. De qualquer modo, parece poder-se concluir que os laços de amizade ou familiares, a solidariedade política ou o respeito para com princípios de hospitalidade tiveram peso no acolhimento de espanhóis em fuga, sobrepondo-se às decisões do regime político.

5. Quebrando fronteiras: locais de memória do refúgio da Guerra Civil de Espanha na Figueira da Foz. Proposta de itinerário

Tendo por base o enquadramento histórico da presença de refugiados da Guerra civil de Espanha na cidade propõe-se um

³⁰ *O Figueirense* de 22 e 29 de abril de 1939.

³¹ *O Figueirense* de 28 de agosto de 1940.

itinerário que percorra alguns dos lugares frequentados ou referidos nas fontes consultadas e obras literárias e que se afiguram constituir pontos obrigatórios a visitar, seguindo-se um percurso contínuo com origem na estação ferroviária da cidade.

5.1. A estação do caminho-de-ferro

Inaugurada no ano de 1882, a estação do caminho-de-ferro era para grande número de veraneantes espanhóis o primeiro contacto com a cidade. Desde finais do século XIX que a companhia ferroviária espanhola organizava viagens de “recreo à la hermosa playa y ciudad”, em estreita ligação com as linhas férreas portuguesas. A partir de Ciudad Rodrigo, os veraneantes seguiam no “Rápido de Vilar Formoso” que, segundo a publicidade da época, oferecia “carreiras rápidas e diretas” (às terças, quintas e sábados).

No início do conflito, em Julho de 1936, a estação ferroviária é descrita por Jorge de Sena, na obra *Sinais de fogo*, como um “tumulto de espanhóis aos gritos, com sacos e malas, crianças chorando, senhoras chamando umas pelas outras, homens que brandiam jornais, e uma grande massa de gente comprimindo-se nas bilheteiras” (Sena, 1984: 59). Trata-se, sem dúvida, de espanhóis que o início da guerra apanhara desprevenidos enquanto veraneavam e que, em aflição, pretendiam regressar ao seu país, “assaltando os comboios” (Sena, 1984: 80). Os espanhóis estão “a irem-se embora [...] por causa da revolução” (Sena, 1984: 115).

É também da estação de caminho de ferro que, em fevereiro de 1937, parte o comboio de auxílio para Espanha, designado na imprensa por “caravana figueirense”, carregado com géneros alimentares, roupas, medicamentos e outros produtos, tendo como destino as tropas nacionalistas.

5.2. O vice-consulado de Espanha na cidade

O Vice-consulado de Espanha na cidade funcionava na Rua da República. A forte presença espanhola na cidade durante a época estival (à volta de cinco mil pessoas nos anos 1930) (Bom, 2008: 29), exigiu a sua abertura. Em termos administrativos, competia ao Vice-Cônsul a ajuda humanitária e a vigilância sobre a colónia do país vizinho na cidade, sendo igualmente a entidade emissora de vistos de autorização de residência. Em *Sinais de Fogo* alude-se a essa instituição e menciona-se que “com o consulado na Figueira não podiam contar, porque o cônsul e o pessoal eram notoriamente fascistas ou monárquicos” (Sena, 1984: 93). Na verdade, a forma como o Vice-Cônsul desempenhou o cargo, durante o período da Guerra Civil, foi reconhecida, após o termo do conflito, pelo General Francisco Franco que atribuiu ao Vice-Cônsul a “Gran Cruz Oficial de la Orden del Mérito Civil” (Vaquinhas, 2015: 4759).

5.3. O Bairro Novo “varrido por um vendaval” (Jorge de Sena)

O lançamento da Figueira da Foz como estância balnear, no 3.º quartel do século XIX, obrigou ao alargamento físico da cidade e à construção de casas para banhistas, dado o afluxo cada vez maior de veraneantes. Nasceria, assim, o bairro novo de Santa Catarina, onde se irão instalar infraestruturas destinadas ao veraneio (hotéis, pensões, restaurantes, casinos) e que daria um salto qualitativo, em 1884, com a edificação do Teatro-Circo Saraiva de Carvalho, reconvertido a casino, no ano de 1895, sob a designação de Casino Peninsular da Figueira da Foz (Vaquinhas, 2011, p. 115-141). Nos anos 1930, o Bairro Novo era o centro nevrálgico da vida social e recreativa (em particular a “rua dos cafés”), sendo, sobretudo, neste bairro que se concentrava a colónia espanhola na cidade, residente em hotéis, pensões, casas e quartos alugados. As fontes indicam moradas precisas, a exemplo do Hotel Reis, do Hotel Internacional, da Pensão

Madrid ou da Pensão Europa, ou, ainda, de casas particulares na Rua Cândido dos Reis n.º 18, na Rua Dr. Calado números 44, 98, 100, entre tantas outras artérias.

O bairro será palco de “pancadaria” entre bandos rivais, embora os que andam “para aí a mostrar-se é toda fascista” (Sena, 1984: 106). Com o início da Guerra Civil, o cenário do bairro altera-se, esvaziando-se de gente: “parecia varrido por um vendaval. Os cafés estavam apinhados na mesma, mas na rua não havia a circulação habitual de gente passeando [...] As ruas iluminadas fracamente, e vazias de gente, eram tristes” (Sena, 1984: 63; 114).

5.4. O Grande Casino Peninsular da Figueira da Foz

Nos anos 1930, o Grande Casino Peninsular da Figueira da Foz, assim designado depois da concessão que lhe foi atribuída na sequência da aprovação da legislação sobre jogo de fortuna ou azar do ano de 1927, constitui um dos polos dinamizadores da vida recreativa da cidade, reconhecendo-se, aliás, que o “jogo é o nervo da Figueira” (Vaquinhas, 2013; 207). A sua orgânica interna (tipo de espetáculos e de festas, consumos...) estavam muito gizados em função do tradicional público espanhol e que só se alterará a partir da Guerra Civil de Estanha devido à sua redução, entre outros aspetos. Constitui uma referência incontornável do tempo, citado em grande número de obras ou documentos de época. A obra *Sinais de Fogo* não foge a esta tónica dominante, referindo-o amiúde no corpo do texto do romance, ora como ponto de encontro e de reunião, ora nas alusões ao jogo praticado na sua sala de jogo, ora nas menções às “mariposas” do casino... (Sena, 1984: 118; 122).

5.5. “Republicanos” na cidade

A presença de elementos oposicionistas às forças nacionalistas na cidade é uma matéria também a explorar no âmbito da rota a estabe-

lecer. O termo republicano, ao tempo da Guerra Civil, abrangia uma vasta pluralidade política, tanto militantes sindicais como anarquistas, comunistas e, naturalmente, republicanos (Moreno Seco, 2015: 165-195). Como já foi mencionado neste trabalho, foram identificados alguns casos, havendo registos dos locais onde viveram, do momento da sua detenção pela polícia política, das prisões pelas quais passaram em Portugal até ao seu encaminhamento para Espanha. A grande preocupação do embaixador de Espanha em Portugal, no ano de 1936, Claudio Sánchez-Albornoz, era impedir a entrega de refugiados nas fronteiras terrestres, por parte da PVDE (Vicente, 2011: 15), de forma a evitar a sua morte. Esforçava-se para que pudessem partir de barco, para França, ou serem repatriados para as zonas republicanas.

No romance de Jorge de Sena evocam-se situações similares, tanto o aprisionamento de republicanos em pleno Bairro Novo, como a preparação da fuga “por barco” dos dois espanhóis escondidos na casa do tio do personagem central (Sena, 1984:). Inclusive, a obra alude também à própria internacionalização da Guerra Civil (“Dois agentes, os dois agentes do Komintern em Portugal, a veranearem-se, nesta altura, na Figueira da Foz”) (Sena, 1984: 86; 151; 356).

6. Conclusão

O turismo memorial representa um nicho de mercado com enormes potencialidades económicas e culturais. Na Figueira da Foz, o itinerário em torno da Guerra Civil de Espanha pode complementar a oferta cultural que é disponibilizada pelos organismos oficiais e que assentam na sua riqueza histórica e patrimonial³². Este estudo teve como

³² É o caso, entre outras, da *Rota Arte Nova Pelas Ruas do Bairro Novo*, iniciativa da Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho, da cidade da Figueira da Foz. Os serviços culturais da Câmara Municipal têm organizado algumas atividades sobretudo exposições dedicadas ao assunto, mas sem linha de continuidade. Mais complexa se afigura a criação de um centro interpretativo das guerras na cidade.

principal prioridade referir e mapear dados históricos relacionados com o tema e propor um itinerário que se afigura ter sustentação histórica e que pode ser complementado com testemunhos memoriais e “histórias de vida” (pessoais ou familiares) de tantos dos seus habitantes. O acolhimento de espanhóis em fuga, numa cidade com um passado histórico peninsular antigo e fortíssimo, projeta uma imagem de tolerância, de hospitalidade, de abertura. E, tal como no poema de Drummond de Andrade, também foi possível romper na cidade, “o muro que envolve Espanha”.

Bibliografia

- +*Museu. Notícias do Museu Municipal de Palmela* (2016). n.º 53, Outubro, https://issuu.com/museumunicipaldepalmela/docs/_museu_not_cias_outubro_16, acessido a 20 de Janeiro de 2020.
- ALTED VIGIL, Alicia (2008), Mujeres españolas emigradas y exiliadas siglos XIX y XX. *Anales de Historia Contemporánea*, ISSN 0212-6559, N.º 24, 2008, 59-74, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2573073>, acessido a 2 de Maio de 2015.
- Asociación para la Recuperación de la Memoria Histórica, <https://memoriahistorica.org.es/4-la-ley-de-memoria-historica-y-su-desarrollo-normativo-ni-verdad-ni-justicia/>, acessido a 26 de Janeiro de 2020.
- BAÍA, João (2013), Memória. Registos do passado industrial e do impacto da Guerra numa zona raiana. *De pé sobre a terra. Estudos sobre a indústria, o trabalho e o movimento operário em Portugal*, MONTEIRO, Bruno e PEREIRA, Joana Dias (Organizadores): IHC/Universidade Popular do Porto/Instituto de Sociologia, Ceis20, 933-942, <http://hdl.handle.net/10362/11192>, acessido a 14 de Janeiro de 2020.
- BARDAJÍ LÓPEZ, Antonio (2004), Luis Bardají López (1880-1942). *Abogados del Estado. Revista de la Asociación*, Año 2 – Julio-Septiembre, 23-24.
- BECHTEL, D. e JURGENSON, L. (dir.) (2013), *Le tourisme mémoriel en Europe centrale et orientale*. Paris: Éditions Pétra.
- BOM, Anabela da Silva Marques (2008), *Figueira da Foz revisitada. Expressões de sociabilidade numa cidade à beira-mar (1920-1940)*. Coimbra: FLUC (Dissertação de mestrado).
- CANDEIAS, Maria Fernanda (1997), *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e fiscalização das povoações fronteiriças*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Dissertação de mestrado).
- Carlos Drummond de Andrade. Guerra Civil Espanhola. <https://conflitoespanhol.wordpress.com/2010/08/22/carlos-drummond-de-andrade/>, acessido a 02 de Fevereiro de 2020.
- CASCÃO, Rui (2009), *Monografia da freguesia de São Julião da Figueira da Foz*, Figueira da Foz: Junta de freguesia de São Julião da Figueira da Foz.

- CHALANTE, Susana (2011), O discurso do Estado salazarista perante o “indesejável” (1933-1939). *Análise Social*, vol. XLVI (198), 2011, 41-63, <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1309942602C0oPL0ev9En12LV7.pdf>.
- CRAHAY, F. (2014), Turisme mémoriel. *Témoigner. Entre histoire et mémoire. Revue pluridisciplinaire de la Fondation Auschwitz*, 117, 2014, 151-152. consulté le 23 juillet 2019. URL: <http://journals.openedition.org/temoigner/1215>; DOI: 10.4000/temoigner.1215
- Espaço Memória de Fronteira (Câmara Municipal de Melgaço), <https://www.cm-melgaco.pt/visitar/o-que-fazer/rede-melgaco-museus/espaco-memoria-e-fronteira/>, acessado a 23 de Janeiro de 2020.
- FARIA, Fábio Alexandre (2017), Refugiados em Portugal: fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939). *Revista Portuguesa de História*, n.º 48, 61-84; DOI: https://doi.org/10.14195/0870-4147_48_3, acessado a 16 de Janeiro de 2020.
- FERNANDES, José Marques (2003), “Representação da imprensa portuguesa na Guerra Civil na Galiza”. *Galiza e Portugal: identidades e fronteiras*. Actas do IV Simposio Internacional Luso-Galaico de Filosofia. Santiago de Compostela 28-29 Novembro de 2002. Edición a cargo de María Xosé Agra Romero; Nel Rodríguez Rial. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela Publicaciones, 83-120.
- FONSECA, Teresa (2018), A raia Luso-Espanhola e a resistência às ditaduras peninsulares. *O Pelourinho. Boletim de Relaciones Transfronterizas*. N.º 22 (2.ª época). 85-94; <https://www.museudoaljube.pt/evento/revista-o-pelourinho-boletim-de-relaciones-tranfronterizas-no-22-exilio-emigracao-e-repressao-na-raia-luso-espanhola-moises-cayetano-rosado-dir/>, acessado a 17 de Janeiro de 2020.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, Hugo (2006), El turismo político durante la Guerra Civil: viajeros británicos y técnicas de hospitalidade em la España republicana, 1936-1939. *Ayer*. 64, 287-308; https://www.researchgate.net/publication/254133192_EL_turismo_politico_durante_la_Guerra_Civil_viajeros_britanicos_y_tecnicas_de_hospitalidad_en_la_Espana_republicana_1936-1939, acessado a 20 de Janeiro de 2020.
- GODINHO, Paula (2011), *Oír o galo cantar duas veces. Identificacions locais, culturas de marxes e construción de nacións na fronteira entre Portugal e Galicia*. Ourense: Imprenta da Deputación; <http://hdl.handle.net/10362/14518>, acessado a 16 de Janeiro de 2020.
- GONZÁLEZ MARTÍN, Nuria (2008), Ley de Memoria Histórica Española. ley 52/2007, de 26 de diciembre, por la que se reconocen y amplían derechos y se establecen medidas a favor de quienes padecieron persecución o violencia durante la guerra civil y la dictadura. *Boletín Mexicano de Derecho Comparado*, nueva serie, año XLI, núm. 122, mayo-agosto de 2008, p. 979-991; http://www.dhnet.org.br/verdade/mundo/nuria_ley_memoria_historica.pdf
- GREFFE, X. (2011), L'économie politique du patrimoine. De la médaille au rhizome. *Le patrimoine, moteur de développement. Heritage, a driver of development, Actes du Symposium de la XVII^{ème} Assemblée Générale de l'ICOMOS / Proceedings of the Icomos general Assembly*. Paris: ICOMOS. p. 928-936. Disponível em: http://openarchive.icomos.org/1307/1/IV-3-Article6_Greffef.pdf
- HERTZOG, A. (2011), Les géographes et le patrimoine. *EchoGéo* [En ligne], 18 | 2011, mis en ligne le 05 décembre 2011, consulté le 19 juillet 2019. URL: <http://journals.openedition.org/echogeo/12840>; DOI: 10.4000/echogeo.12840

- LOFF, Manuel (1996), *Salazarismo e Franquismo na Época de Hitler (1936-1942). Convergência política, preconceito ideológico e oportunidade histórica na rede não internacional de Portugal e Espanha*. Porto: Campo das Letras.
- LOFF, Manuel (2006), A memória da Guerra de Espanha em Portugal através da historiografia portuguesa. *Ler História*. N.º 51, 77-131.
- LOPES, Moisés Alexandre Antunes (2017), Refugiados espanhóis em Portugal (1936-1938): o caso de Elvas. Lisboa: FLUL; https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/31689/1/ulfl242220_tm.pdf, acessado a 16 de Janeiro de 2020.
- Luís Bardají López, <http://dbe.rah.es/biografias/25084/luis-bardaji-lopez>, acessado a 31 de Janeiro de 2020.
- Luís Bardají López, http://es.wikipedia.org/wiki/Luis_Bardaj%C3%AD_L%C3%B3pez, acessado a 10 de Setembro de 2013.
- MAIA, S. V. e BAPTISTA, M. M. (2011), As rotas como estratégia turística: percepção de benefícios e obstáculos na constituição de rotas museológicas na região de Aveiro. *Tourism & Management Studies*, n.º extraordinário 1, p. 672-682. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277074299_AS_ROTAS_COMO_ESTRATEGIA_TURISTICA_PERCEPCAO_DE_BENEFICIOS_E_OBSTACULOS_NA_CONSTITUICAO_DE_ROTAS_MUSEOLOGICAS_NA_REGIAO_DE_AVEIRO, acessado a 16 de Janeiro de 2020.
- MADROÑERO, Manuel Burgos (1986), A Fiscalização da Fronteiras Portuguesas durante a Guerra Civil de Espanha. *O Estado Novo – Das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*. volume I. Lisboa: Editorial Fragmentos.
- MAUGENDRE, Maëlle, Les réfugiés espagnols en France. (1939-1942), Des femmes entre assujettissements et résistances, Toulouse, Université Toulouse II Le Mirail, 2013 (thèse doctorat d'état) <http://www.theses.fr/?q=Les+r%C3%A9fugi%C3%A9s+espagnols+en+France+%281939-1942%29+Des+femmes+entre+assujettissements+et+r%C3%A9sistances>, acessado a 06 de Junho de 2014.
- MORENO SECO, Mónica (2005), Republicanas y República en la Guerra Civil: Encuentros y desencuentros. *Ayer. Revista de Historia Contemporánea*. N.º 60, 165-195, http://www.nadieseacuerdadenosotras.org/WEB_SECCIONES_14_8_10/MOVIMIENTOS_FEMINISTAS_MILICIANAS_II%20REPU/PDF_FEMINSIMOS_REPUBLICA/Republicanas_y_Republica_en_la_Guerra_Civil-Encuentros_y_desencuentros.pdf, acessado a 19 de Junho de 2015.
- Museu Memorial del Exili (MUME), <http://www.museuexili.cat>, acessado a 23 de Janeiro de 2020.
- NAVAJAS CORRAL, O. y GONZÁLEZ FRAILE, J. (2017), Turismo en espacios de conflicto. Análisis de la puesta en valor del patrimonio de la Guerra Civil Española en la Comunidad de Madrid. *Metbaodos. Revista de Ciencias Sociales*, 5 (1), 155-172. <http://dx.doi.org/10.17502/m.rcs.v5i1.160>, acessado a 13 de Janeiro de 2020.
- OLIVEIRA, César (1996), Guerra Civil de Espanha. *Dicionário de História do Estado Novo*, ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de (dir.), Vol. I, Lisboa: Círculo de Leitores, 410-413.
- PIMENTEL, Irene Flunser (1996), Refugiados. *Dicionário de História do Estado Novo*. ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de (dir.), Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 824.
- PIRES, João Urbano (1997), *A memória da Guerra Civil de Espanha no Baixo Alentejo*. Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (Dissertação de mestrado).

- Red de Espacios de Memoria de Catalunya, http://www.museuexili.cat/index.php?option=com_content&view=article&id=29&Itemid=105&lang=es, acessado a 23 de Janeiro de 2020.
- RODRIGUES, Luís Nuno (2001), Portugal e a Guerra Civil de Espanha. *Memória de Portugal. O milénio português*, CARNEIRO, Roberto (coordenação geral de), MATOS, Artur Teodoro de (coordenação científica de). Lisboa: Círculo de Leitores, 504-505.
- ROSAS, Fernando (Coord.) (1998), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha. Colóquio Internacional*. Lisboa: Edições Colibri – Instituto de História Contemporânea da FCSH da UNL.
- SENA, Jorge de (1984), *Sinais de Fogo (Monte Cativo-I). Romance*. 4.ª Edição. Lisboa: Edições 70.
- SIMÕES, Dulce (2018), Exilados e refugiados na fronteira Luso-Espanhola do Baixo Alentejo, nos séculos XIX e XX. *O Pelourinho. Boletim de Relaciones Transfronterizas*. N.º 22 (2.ª época). 95-122; https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/12134409/EXILADOS_E_REFUGIADOS_NA_FRONTEIRA.pdf, acessado a 17 de Janeiro de 2020.
- SIMÕES, Dulce (2013a), Memórias da Guerra Civil Espanhola em Barrancos: solidariedades e resistências. *De pé sobre a terra. Estudos sobre a indústria, o trabalho e o movimento operário em Portugal*, MONTEIRO, Bruno e PEREIRA, Joana Dias (Organizadores): IHC/Universidade Popular do Porto/Instituto de Sociologia, Ceis20, 817-837, <http://hdl.handle.net/10362/11192>, acessado a 13 de Janeiro de 2020.
- SIMÕES, Dulce (2013b), *Frontera y Guerra Civil Española. Dominación, Resistencia y usos de la memoria*. Badajoz: Deputación de Badajoz. Departamento de Publicaciones. https://www.academia.edu/30578102/Frontera_y_Guerra_Civil_Espanola._Dominacion_resistencia_y_usos_de_la_memoria
- SIMÕES, Dulce (2013c), Muros políticos y puentes de solidaridad en la frontera hispano-portuguesa: los refugiados de la guerra civil española en Barrancos (1936). *Historia y Política*, núm. 30, Madrid: julio-diciembre, 117-143. <http://hdl.handle.net/10362/31825>, acessado a 13 de Janeiro de 2020.
- SIMÕES, Dulce (2014), Memórias e Resistências na Guerra Civil de Espanha: Processos de Emblematização na Raia Luso-espanhola. *Resistência e/y Memoria. Perspectivas Ibero-Americanas*, Coordenação de GODINHO, Paula; FONSECA, Inês e BAÍA, João. Lisboa: IHC-FCSH/UNL, 257-262; https://www.academia.edu/20316123/Memórias_de_resistência_da_guerra_civil_de_Espanha_processos_de_emblematização_na_raia_luso-espanhola, acessado a 16 de Janeiro de 2020.
- SIMÕES, Maria Dulce Dias Antunes (2011), *Frontera e guerra civil de Espanha. Dominação, resistência e usos da memória em Barrancos*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento em Antropologia; <http://hdl.handle.net/10362/6643>, acessado a 13 de Janeiro de 2020.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito (2007), Salazar y la II República Española (1931-1936). Mercedes GUTIÉRREZ SÁNCHEZ y Diego PALACIOS CEREALES (eds), *Conflicto político. Democracia y dictadura. Portugal y España en la década de 1930*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Sociales, 287-304.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (1985), *Do perigo espanhol à amizade pensinsular. Portugal-Espanha 1919-1930*. Lisboa: Editorial Estampa.

- VALÉRIO, Nuno (2001), Estudos sobre Espanha em Portugal na última década do século XX. *La mirada del otro. Percepciones luso-españolas desde la história*. Coord. Hipolito de la TORRE GÓMEZ y Antonio José TELO, Mérida: Junta de Extremadura, 205-213.
- VAQUINHAS, Irene (2019), A Figueira da Foz como “lugar de memória” na rota da fuga da Europa ocupada durante a 2.ª Grande Guerra (1943-1945). Proposta de itinerário histórico. *Museologia e Património*, vol. 2.º, MAGALHÃES, Fernando; COSTA, Luciana Ferreira da; HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca e CURCINO, Alan (Coordenadores). Leiria: Instituto Politécnico de Leiria, 10-36. <http://hdl.handle.net/10316/88174>
- VAQUINHAS, Irene (2015), Huyendo de la guerra civil: los refugiados españoles en Figueira da Foz (1936-1939), *Pensar con la historia desde el siglo XXI, Actas del XII Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea*. Madrid: UMA Ediciones, 4757-4778, https://www.academia.edu/12224014/Pensar_con_la_Historia_desde_el_siglo_XXI_Actas_del_XII_Congreso_de_la_Asociación_de_Historia_Contemporánea_Madrid_UAM_2015, accedido a 14 de Janeiro de 2020.
- VAQUINHAS, Irene (2010), Alfredo da Silva e o “Grande Casino Peninsular da Figueira da Foz: aspectos económicos (1930-1937). Actas do Colóquio Internacional *A Industrialização em Portugal no século XX. O caso do Barreiro*, coordenação de Miguel Figueira de Faria e José Amado Mendes, Lisboa: EDIUAL – Universidade Autónoma Editora, S. A., 137-153.
- VAQUINHAS, Irene (2013), *O Casino da Figueira. Sua evolução histórica desde o Teatro-Circo à actualidade (1884-1978)*. 2.ª edição. Coimbra: Palimage.
- VICENTE, António Pedro (2011), O cerco à embaixada da República Espanhola em Lisboa (Maio a Outubro de 1936). *Portugal e a Guerra Civil de Espanha. Colóquio Internacional* (1998). Lisboa: Edições Colibri – Instituto de História Contemporânea da FCSH da UNL, 3-105.
- VILLEGAS, Jean-Claude (coordination) (1989), *Plages d'exil. Les camps de réfugiés espagnols en France – 1939*. Dijon : Presses Universitaires de Bourgogne.